

Aliança Jurídica pela Equidade de Gênero lança Agenda Mínima para promover a liderança feminina em escritórios de advocacia

05.12.2024 2 minutos de leitura

Iniciativa traz dez ações estratégicas para o avanço da equidade de gênero e para o aumento da presença de mulheres em cargos de liderança

Com o objetivo de contribuir para a promoção de culturas organizacionais mais inclusivas, diversas e equitativas, a Aliança Jurídica pela Equidade de Gênero, composta por 13 escritórios de advocacia full-service, lança a Agenda Mínima com dez iniciativas para ascensão de mulheres à liderança. Com base em experiências bem-sucedidas, boas práticas e políticas estruturadas, a Agenda Mínima propõe ações concretas que beneficiam não só o público feminino, mas toda a coletividade do mercado jurídico.

Entre as principais ações da Agenda Mínima, destacam-se o compromisso da gestão dos escritórios com a promoção da equidade de gênero, a criação de um programa robusto de desenvolvimento de carreira para as advogadas, bem como a adoção de uma política de licença parental e a busca por um equilíbrio de gênero na contratação.

O lançamento da Agenda Mínima representa um marco importante da Aliança Jurídica pela Equidade de Gênero, que atualmente é composta pelos escritórios de advocacia BMA, Cescon Barrieu, Demarest, Felsberg, Lefosse, Lobo de Rizzo, Machado Meyer, Mattos Filho, Pinheiro Neto, Stocche Forbes, Trench Rossi Watanabe, TozziniFreire e Veirano.

Lisa Worcman, sócia do Mattos Filho, ressalta que, por meio da Agenda Mínima, "os escritórios da Aliança demonstram seu compromisso com a equidade de gênero, contribuindo para a diversidade, inovação e competitividade do mercado jurídico como um todo, servindo como referência para outras organizações que queiram se engajar nessa transformação cultural".

Tatiana Campello, sócia do Demarest, complementa: "A Agenda Mínima não é apenas uma pauta de mudanças, mas um compromisso contínuo com a promoção de igualdade de oportunidades. Com ela, buscamos garantir que todas as pessoas, independentemente de gênero, tenham as mesmas chances de crescimento profissional."

O documento também aponta a importância da definição de metas para o aumento da presença feminina em cargos de liderança e reforça a necessidade de treinamentos obrigatórios e de campanhas para sensibilização dos profissionais, atentando, principalmente às interseccionalidades, ou seja, as discriminações sobrepostas. A Agenda Mínima indica, ainda, a disponibilização de um canal de ouvidoria para

denúncias que tratam de infrações relacionadas, principalmente, à discriminação de gênero e de assédios moral e sexual.

“Avançamos no caminho da equidade de gênero e, para nós, a maior satisfação será ver um mercado jurídico enriquecido pela presença de mulheres líderes em todas as suas interseccionalidades, refletindo uma sociedade mais diversa e igualitária”, encerra Giuliana Schunck, sócia do Trench Rossi Watanabe.

Confira a íntegra da Agenda Mínima neste link.